

SOBRE A RAZÃO INDISCIPLINADA

ABOUT THE INDISCIPLINED REASON

Renan Ji.¹

RESUMO

O ensaio realiza um passeio por tópicos da filosofia antiga, da mitologia grega, das artes e das práticas educacionais contemporâneas, além de fatos da política brasileira durante o auge da pandemia do coronavírus, para refletir sobre o estatuto da infância na cultura e na filosofia. As ideias e os conceitos abordados mostram como os saberes da infância são desconsiderados como produções intelectuais, sendo essa desqualificação produto de uma visão que subestima a inteligência e autonomia infantis.

Palavras-chaves: Infância; Razão; Mito.

ABSTRACT

This essay wanders through topics of ancient philosophy, Greek mythology, arts and contemporary educational practices, and even Brazilian political events during the most intense phases of the coronavirus pandemic, to reflect on childhood's cultural and philosophical statute. The ideas and concepts addressed show how childhood "knowledges" are not considered intellectual work, and this disqualification is the product of a perspective that understates childhood intelligence and autonomy.

Keywords: *Childhood; Reason; Myth.*

Eu me tornei um tio distante. Vejo meus sobrinhos menos do que deveria. Visitá-los é adentrar um universo em que sou estrangeiro, pouco naturalizado aos seus códigos e condutas. Quando brincamos juntos, sinto uma espécie de pressa, como se algo ali, naquele espaço-tempo com uma criança, eu ansiasse por uma nova etapa, me impelindo a prosseguir com qualquer rotina, afazer, etc.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas, Setor de Literatura Brasileira. UFRJ. e-mail: renanji@letras.ufrj.br

É menos uma questão de quantidade do que qualidade de tempo: a temporalidade de uma criança de quatro a oito anos (faixa de idade dos meus sobrinhos) é um mistério para mim. Um contínuo temporal alargado, lento, interrompido por lanches e refeições que pontuam longas horas de faz de conta – o que sustento com dificuldade. É um contínuo não menos denso, claro, pois brincar é um esforço não só para muitos adultos, como também deve sê-lo para as crianças. Entrar na brincadeira é coisa séria, pois é preciso sustentar a imaginação com toda a força possível e enquanto é tempo – a qualquer hora vão chamar para tomar banho, jantar e dormir, e aí tudo perde a graça.

Numa tarde de família, observo a força dos afetos e a fisicalidade desses pequenos. Também vejo isso naqueles não tão pequenos: como professor do oitavo ano do ensino fundamental, reparo que esses meninos e meninas ainda carregam um tanto de bruteza física, rompantes e riso solto, o que ainda os retêm com um pé na infância. Passam-se os anos e aí vão ganhando uma espécie de malícia cansada, tornando-se mais indiferentes aos professores e esquivos às tarefas escolares. No fim das contas, o que muda parece ser somente a intensidade, sendo a adolescência uma forma mais modulada e delicada de expressar a mesma energia e paixão de antes. Minha dificuldade perante a infância talvez seja esta: virei um adulto delicado demais para adentrar uma esfera da vida em que precisamos ser fortes, porque tudo o que se pensa, expressa e sente é marcado pela violência e estranheza do inaugural.

Platão também tinha suas reservas em relação às crianças. Em “As leis”, último diálogo da fase madura de sua obra, o personagem do ateniense – no papel excepcional de condutor do diálogo, posição que geralmente é ocupada por Sócrates nos textos platônicos mais conhecidos – fala da necessidade de múltiplas rédeas para o controle dos pequenos. Ele os compara a criaturas selvagens, tão necessitadas de um tutor ou cuidador quanto ovelhas de pastores ou escravos de um senhor (PLATÃO, 1999, p. 301).

O comando deve ser exercido desde os níveis mais elementares (a partir da mãe e da ama), passando pelos preceptores até os guardiões e homens livres, os mais importantes habitantes da cidade ideal. A estes, no caso de testemunharem incorreções por parte de algum preceptor, cabe inclusive agir prontamente com o castigo necessário não apenas sobre os

educandos, mas também sobre os próprios educadores. Neste ponto, fica claro que controlar as crianças seria acima de tudo uma tarefa pública e um dever político (PLATÃO, 1999, p. 301-302, nota do tradutor), a que nenhum cidadão da pólis poderia se furtar.

A questão educacional é de fato uma preocupação para Platão, e em vários momentos de sua obra vemos longos comentários sobre a criação e a formação das crianças. Em “As leis”, no entanto, há um detalhe que me chama a atenção. Dentre escravos, animais e crianças, escreve Platão que estas são as criaturas mais intratáveis: “pelo próprio fato de essa fonte de razão que nela existe ainda ser indisciplinada, a criança é uma criatura traiçoeira, astuciosa e sumamente insolente” (PLATÃO, 1999, p. 302). Ou seja, o que tornaria as crianças seres tão perigosos, passíveis de vigilância constante e direcionamento enérgico de seus corpos e mentes é a existência de uma razão indomada. As crianças pensam; não para o bem, mas pensam. O ateniense reconhece, portanto, a criança como fonte de males diversos atribuídos a uma razão indisciplinada – e não ausente, note-se bem.

De acordo com Mark Golden (1990), em estudo sobre a infância na Atenas clássica, são variadas e numerosas as fontes que falam sobre a suposta incapacidade intelectual das crianças na sociedade grega dos séculos V e IV a.C (GOLDEN, 1990, p. 6). Platão é inclusive citado por suas declarações exemplares, que, em comparação com outras fontes antigas, revelam um tratamento mais extenso dedicado à infância. O livro VII de “As leis” (1999), claro, é um desses momentos privilegiados para a historiografia do conceito de infância. Contudo, reparemos que, na passagem específica mencionada antes, Platão reconhece que as crianças são de fato dotadas do instrumento da razão. Mas não só isso: podem empregá-la insidiosamente, mostrando que, longe de parvas, as crianças fazem uso da sua inteligência. É dessa forma que podem vir a ser tão insuportáveis e perigosas para o cidadão ideal da república.

* * *

Em maio de 2020, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, promoveu uma campanha de conscientização acerca do novo coronavírus². A ministra Damares

² A COVID-19 (ou comumente chamada de novo coronavírus) é a doença causada pela nova variante dos conhecidos coronavírus – como são chamados os vírus causadores de resfriados comuns e de doenças respiratórias

Alves apareceu pessoalmente no vídeo de lançamento, declarando-se “a ministra das crianças do Brasil” (BRASIL, 2020), e estabeleceu as regras de um concurso de confecção de máscaras. As crianças deveriam usar a criatividade para intervir e recriar um expediente sanitário adotado mundialmente para conter a contaminação pela COVID-19. Mas atenção aos pais: a criança deveria fazer sozinha a máscara, comprovando a operação com o envio de três fotos que documentassem seu trabalho. Os participantes com as quatro melhores máscaras, premiadas pela inventividade e humor, ganhariam uma tarde com a própria ministra Damares e a primeira-dama Michelle Bolsonaro. Custos de viagem garantidos pelo governo federal aos vencedores e respectivos adultos responsáveis. Além dos quatro primeiros colocados, a ministra prometeu aos criadores das trinta melhores máscaras um lindo presente, não especificado.

O vídeo começa se dirigindo às crianças, simulando um diálogo familiar com elas. Tendo ao fundo uma paisagem típica de ilustrações voltadas ao público infantil, a ministra investe na entonação e na linguagem corporal para se comunicar aparentemente com crianças na faixa de cinco a dez anos de idade. Depois de explicar o objetivo do concurso, a ministra alerta que a partir daquele momento será necessária a presença de responsáveis adultos e pede que as crianças os chamem. Indica-lhes o site do regulamento do certame, ressaltando a importância da autoria infantil na confecção das máscaras. “Todo mundo cuidando de todo mundo, é assim que nós vamos nos proteger do coronavírus”, conclui a ministra.

As crianças ocuparam um lugar peculiar nas dinâmicas sociais da quarentena. Sem aulas, amigos ou atividades extracurriculares, crianças do mundo inteiro estavam diante de adultos consternados, perdidos entre os horários de aula on-line dos filhos, trabalho remoto e tarefas domésticas. A ausência da escola como campo de socialidade e aprendizagem, além da exigência de não circulação em espaços públicos, cria uma lacuna existencial que as famílias não sabem ao certo como preencher – e tampouco as próprias crianças. Nesse contexto, o concurso de máscaras parece buscar o engajamento das crianças no cenário de exceção vivido

mais graves. A nova variante provocou surtos pandêmicos em várias partes do mundo, exigindo medidas sanitárias de isolamento social que impactaram grandemente as condutas sociais.

em todo o país, dando chance também para que as famílias renovem o cuidado dedicado a elas e procurem estabelecer outros vínculos e formas de interação.

O desafio proposto pela ministra Damares não é muito diferente das tarefas escolares pré-pandemia dos últimos anos. Chegam naquelas agendas preenchidas pelos professores, ou nos cadernos coloridos de atividades domiciliares, para acompanhamento tanto do aluno como do responsável. Trata-se de tipo de dever de casa que pressupõe um maior envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos, influenciando nas suas escolhas acadêmicas e nos seus interesses.

Em reportagem do *The Economist* (2019) sobre as famílias modernas, ouvi falar pela primeira vez do conceito de *intensive parenting* (parentalidade intensiva, numa livre tradução). Remetendo a um novo desdobramento na história da família burguesa, o conceito remete ao investimento financeiro e afetivo cada vez maior na criação dos filhos, com aumento proporcional da expectativa depositada em suas realizações futuras. De um lado, são horas a mais de convivência que estimulam social e intelectualmente os pequenos; de outro, exposição a diversas atividades extracurriculares que ampliam seus currículos pessoais. Incentivando aspectos de socialidade, linguagem e cognição das crianças, os “pais intensivos” replicam e potencializam a formação educacional que eles próprios tiveram, acomodando novas capacidades e talentos, além de diagnosticar e tratar problemas psicológicos e de aprendizagem desconhecidos das gerações anteriores.

Trata-se de fenômeno marcado por diferenças de classe, já que somente aqueles com tempo, instrução e dinheiro podem cumprir com esse novo itinerário educacional na criação de filhos. Segundo o *The Economist* (2019), a tendência da parentalidade intensiva se insere num contexto mais amplo do fenômeno da desigualdade social nas sociedades capitalistas neoliberais, que exigem das crianças padrões de excelência intelectual cada vez mais altos, com inevitável impacto financeiro no orçamento familiar. Dentre aulas de ábaco e atividades extraclasse, um dos pais entrevistados diz que ele e sua esposa, ambos graduados em Harvard,

estão basicamente pagando na pré-escola dos filhos o que ele próprio pagou no início de sua formação universitária.³

Numa perspectiva mais próxima da sociedade brasileira, imagino uma classe média de variado espectro de renda, porém marcada pelo desejo de ascensão socioeconômica em relação às gerações anteriores. Frequentemente advindas das camadas trabalhadoras, em muitos casos a primeira geração com formação universitária, essas pessoas não podem contar com serviços públicos ou garantias governamentais, tampouco patrimônio familiar e alianças comunitárias (como geralmente ocorrem nas classes abastadas, que se ligam por redes profissionais e de contatos, além da transferência de recursos por herança). A esse grupo resta o investimento maciço na educação escolar como forma de garantir um futuro mais seguro, e de preferência melhor do que o universo social e de classe vislumbrado por pais e avós.

Salvo imprecisões sociológicas, arrisco dizer que um tipo relativamente novo de interação família-escola surge num contexto social marcado pela consciência fundamental de que a educação dos filhos é a única forma de garantir futuro em sociedades cada vez mais desiguais. Num mundo extremamente competitivo, cultural e profissionalmente, em que pais hiperconectados à tecnologia da informação devem proporcionar aos filhos ainda mais formação e informação para o mundo de amanhã, a tarefa escolar se transforma num desafio tanto para crianças quanto para adultos. Nesses exercícios e atividades lúdicas, misturam-se cobranças, estímulos cognitivos e, claro, muito afeto e expectativa. É desse lugar que surgem às vezes casos pitorescos de dever de casa. Certa vez, minha irmã pediu para que eu guardasse os rolinhos de papelão que sobram do papel higiênico. Para quê? Ela e o seu primogênito precisavam fazer um robô.

* * *

Entre robôs e máscaras contra o coronavírus, existe a meu ver a naturalização de um discurso que aparentemente se dirige às crianças, mas que na verdade é para toda a família. Pretendendo conferir maior sofisticação interdisciplinar e cognitiva nas atividades

³ No depoimento, a palavra utilizada foi “college”, que, apesar de ser uma instância universitária, não possui ainda o mesmo grau acadêmico dos cursos de graduação brasileiros.

educacionais, a prática pedagógica corriqueira e irrefletida acaba muitas vezes gerando um tipo de tarefa escolar que, ao demandar maior engajamento parental, confunde os adultos entre a assessoria e a liderança. Fazendo robôs, sistemas solares ou máscaras, não fica muito claro onde começa e termina a atividade intelectual de pais e filhos.

No concurso do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a ênfase no trabalho das crianças na confecção das máscaras pressupôs, sem o mencionar, não apenas a supervisão dos pais, mas a participação ativa dos mesmos no processo. De fato, no regulamento do concurso, foi expressa a necessidade do trabalho conjunto e do apoio de um adulto junto à criança, garantindo a “boa prática familiar” que o concurso objetivava promover (BRASIL, 2020). Tanto nesse caso como no das tarefas escolares mais recentes, existe um perfil de atividade que partilha do consenso de que a criança nunca estará sozinha para a realização da tarefa. Cria-se com isso uma espécie difusa de autonomia infantil, em que não se sabe mais em que medida uma criança foi auxiliada pelos pais, nublando a perspectiva sobre a sua real capacidade de resolução de problemas e desafios.

Fazer uma máscara requer um tipo de técnica específica, o que torna mais ou menos plausível a presença de um adulto orientando o trabalho da criança. Por outro lado, não é minha intenção desmerecer os ganhadores do concurso, cujas máscaras realmente devem ter sua qualidade reconhecida. No entanto, é importante pensar o caráter das atividades que estamos propondo nos concursos infantis e nas tarefas escolares. Elas realmente se dirigem às crianças? Em que medida elas representam um desafio intelectual legítimo às suas faculdades e conhecimentos?

Se realmente o esforço agregado de pais e filhos é um modelo interessante para a edificação intelectual, por que não valorizar o fruto desse trabalho por seu engajamento eficaz no mundo? Os vencedores do concurso proposto pela ministra Damare Alves poderiam ter utilizado suas criações na vida cotidiana, sendo um resultado instigante para o pensamento científico na infância. Porém, no regulamento do concurso, não é mencionada a necessidade de se atender às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a confecção de máscaras caseiras.

Reverendo o vídeo, me pergunto se há ênfase suficiente no fato de que se produzirá um expediente sanitário que visa à proteção da saúde de outras pessoas. Crianças podem e devem saber que são vetores de contaminação do novo coronavírus, e que as máscaras não são brinquedos: elas estão produzindo, junto a seus familiares, um objeto com inserção prática no mundo social. No fim das contas, talvez a questão tivesse de ser menos de saber o quanto as crianças realmente participaram do processo artesanal, e mais de perceber o quanto elas podem conhecer através dele, acerca do mundo em que vivem e da pandemia que o assola.

O passeio dos quatro vencedores pelo Palácio da Alvorada foi adiado para quando fosse decretado o fim da pandemia. Felizmente, o protocolo do isolamento social prevaleceu na pasta comandada por Damares Alves, que, claro, foi cobrada pela incoerência do prêmio do seu concurso em relação às normas sanitárias da quarentena. Por fim, caberia perguntar ainda se um concurso de máscaras faria sentido quando o próprio presidente da República já teria feito inúmeras aparições públicas sem o aparato.⁴

Se o presidente não usa, por que eu tenho de usar? O raciocínio é claro como água e imagino que uma criança de cinco anos poderia fazê-lo caso tivesse visitado, mascarada, o Palácio do Planalto. Um pensamento que não passou pela cabeça dos organizadores de um concurso promovido pelo próprio governo federal. Talvez, para as cabeças daquela gestão, de crianças só entendem as mulheres, Damares e Michelle, que cuidarão de entreter e proteger os pequenos vencedores. Ao menos, com o adiamento do prêmio, ficou o alívio de saber que as crianças não enfrentaram os salões da sede do governo em Brasília durante o período de obrigatoriedade do isolamento social – especialmente diante dos indícios de que os salões governamentais configuravam um possível risco sanitário⁵.

⁴ Em 19 de agosto de 2020, quase três meses depois do lançamento do concurso, o presidente da República afirmou que não há “quase nenhuma” eficácia no uso de máscaras na prevenção contra a COVID-19. Nesse mesmo dia, o Congresso Nacional derrubou o veto presidencial ao projeto de lei que obrigava o uso de máscaras em espaços públicos. Se mantido, o veto do presidente abriria brecha para que igrejas, comércios e escolas não exigissem máscaras em seus estabelecimentos, mas tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado derrubaram a proposta.

⁵ A premiação do concurso de máscaras ocorreu no dia 29 de janeiro de 2021, mês da chegada das primeiras vacinas contra o coronavírus ao Brasil. A ministra Damares Alves e a primeira dama Michelle Bolsonaro receberam os premiados e suas famílias para um café da manhã no palácio do Planalto e passeio pela cidade de Brasília. No registro em vídeo da ocasião, ao interagirem com as crianças vencedoras do concurso, Damares e Michelle não usam máscaras. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt>

* * *

O quanto valorizamos o trabalho intelectual infantil no mundo colorido dos robôs de papelão e das máscaras de vaquinha? Crianças observam e pensam sobre o que veem. Estamos ignorando esse fato? Há um desejo inconfesso de ignorá-lo?

No livro VII de “As leis” de Platão (1999), o ateniense reconhece que há uma “razão indisciplinada” nas crianças e isso as coloca no centro de suas preocupações acerca da educação dos gregos. Em que consistiria a inteligência deturpada desses pequenos seres tão intratáveis e astutos, até piores que criaturas selvagens?

Relembrando um diálogo mais célebre da obra platônica, vemos que, no livro II da “República”, Sócrates revela seu desejo de controlar as histórias que mães e amas de leite contam aos menores. “Muitos dos mitos que elas hoje narram às crianças devem ser jogados fora”, diz ele (PLATÃO, 2006, p. 75, 377c). Como se sabe, a crítica platônica mira nas histórias infantis para acertar de verdade nas narrativas de Homero e Hesíodo, cujo caráter mítico-religioso conformou a base da cultura grega, de matriz oral e espírito bélico, e que chegara a Platão através dos afetos desmedidos e dilemas éticos da tragédia ática.

Para Platão, os mitos são mentirosos e, o pior: narram as mais cruentas aventuras estimulando nervos e apetites dos incautos. Seres vistos como irritadiços, chorosos e agitados, as crianças seriam, logo, mais naturalmente suscetíveis ao universo fantástico dessas narrativas. Crianças extasiadas por histórias de deuses e heróis hoje serão adultos de moral e conduta duvidosas amanhã, nocivos à constituição da cidade ideal. Por isso o controle rígido descrito na “República” de Platão (2006) sobre quais histórias podem chegar aos ouvidos infantis, atenuando as raízes tradicionais dos relatos e cantigas, para posteriormente sobrepor a eles ritmos militares e muita ginástica.

br/assuntos/noticias/2021/janeiro/criancas-vencedoras-de-concurso-de-mascaras-conhecem-o-palacio-do-alvorada. Acesso em: 8 out. 2022

Na sua grande proposta de reforma cultural da Grécia, parece-me que Platão pressupõe uma afinidade entre o universo infantil e os mitos gregos: vejo como este mundo cruel e disparatado se encaixa como uma luva na razão indisciplinada da infância. Podemos pensar como muitos contos de fada e desenhos animados revelam um universo de trapaças, massacres e corpos que tombam e se levantam como se nada tivesse acontecido, reeditando as aventuras esplêndidas e chocantes dos deuses e heróis antigos. Estendendo o raciocínio, podemos pensar que Platão talvez temesse a estrutura mental que caracteriza tanto o mito quanto a infância, antevendo que ambos configurassem formas de pensamento perigosas e inadmissíveis na cidade ideal projetada pelo filósofo.

O mundo mítico da Grécia louvava um tipo muito específico de inteligência: a *métis*, encarnada na oceânide de mesmo nome engolida por Zeus para gerar Atená, mas também observável como um princípio social e psicologicamente ativo, na visão de Marcel Détienne e Jean-Pierre Vernant (2008). Em “*Métis. As astúcias da inteligência*”, livro em que os autores se dedicaram a esse importante princípio da cultura grega, vemos que a *métis* é a força por trás dos artifícios de que deuses e heróis faziam uso para escapar de situações desfavoráveis, ou ainda para ludibriar inimigos. Trata-se de uma inteligência oblíqua, típica da maleabilidade ética do mundo homérico, na qual a trapaça e o engenho são valorizados por resolverem, de maneira inventiva, situações intrincadas, e não tanto pelas consequências morais dos atos cometidos.

No livro II da “República”, Sócrates critica o estratagema utilizado por Crono para destronar seu pai, Urano, assim como reprova-lhe o aprisionamento dos filhos titãs no interior de Gaia (PLATÃO, 2006, p. 75-76, 377e-378a). Quando defende que ninguém ou somente alguns poucos esclarecidos possam entrar em contato com essa história – eximindo-se de narrá-la a ouvidos sensíveis como os das crianças –, Sócrates partilha de uma perspectiva civilizatória dos valores humanos, que entende o risco de se conceber a relação entre pais e filhos como uma perpétua e sangrenta luta geracional, cheia de maldições paternas e vinganças filiais.

Contudo, lembremos que a tradicional inteligência grega, a *métis*, socorre exatamente aqueles oprimidos pelas circunstâncias, dando-lhes a oportunidade de escapar do cerco injusto

dos mais fortes. Os gregos se encantavam com a esperteza de deuses e heróis capazes de virar o jogo, revertendo as situações a seu favor. Os agraciados pela genialidade – como Crono, que sofrerá com o filho Zeus o mesmo castigo que infligiu ao pai, Urano – poderiam depois sucumbir pela sagacidade de outrem, mas isso fazia parte das regras do jogo de astúcia. Aliás, nada mais de acordo com o *agón*, o famoso princípio de competição e espírito guerreiro dos gregos: o deus que é caçador no seu próprio mito vira a caça no mito de outro, e assim segue a eterna luta primordial que é o fundamento da mitologia grega.

Após ter-lhe cegado o olho, Ulisses engana Polifemo com o famoso estratagema do “Ninguém é o meu nome” – fazendo o monstro acusar “Ninguém” aos seus companheiros ciclopes. Desse famoso episódio homérico, pode-se traçar uma linha de continuidade que passa pelos porcos de Pedro Malasartes e chega até as perseguições de Tom e Jerry. Uma linha que une o cálculo e o improvisado, a sobrevivência e a traquinagem, e às vezes uma dose inequívoca de crueldade.

Penso que essa espécie de tradição da astúcia pode explicar um pouco da associação implícita que Platão faz entre o mito e a infância. Ambos partilham de um universo lúdico, porém não menos conflituoso e às vezes até violento. As paixões e os afetos, antes que sejam filtrados pelo crivo do racionalismo adulto, desembocam em ações e gestos que constituem narrativas. Nelas, ninguém joga para perder. Heróis e crianças são sempre personagens fortes porque não fogem da missão de protagonizar as próprias histórias. Por isso a exigência de *métis*, inteligência selvagem, razão indisciplinada, porque no mundo dos mitos e das crianças estamos inteiramente expostos nos nossos enredos: ou ganha-se tudo ou perde-se tudo.

Crescendo, muitos de nós viramos então eternos coadjuvantes. Passamos a modular nossas emoções e anseios, deturpando-os em linguagem edulcorada. Em algumas batalhas, aprendemos a contabilizar de forma mesquinha perdas e ganhos, em vez de lutar bravamente pelas vitórias. Esquecendo a glória da conquista, frequentemente vamos reelaborar as vivências na psicoterapia, muitas vezes culpabilizando o próprio mundo pelos nossos fracassos. No processo, é provável que nos tornemos adultos são e equilibrados, porém certamente menos divinos, heroicos, míticos.

* * *

Quando os helenistas Marcel Détienne e Jean-Pierre Vernant (2008, p. 11), discorrem sobre “o faro, a sagacidade, a previsão, a sutileza de espírito, o fingimento, o desembaraço, a atenção vigilante, o senso de oportunidade” que caracterizam a *métis*, talvez eu esteja dando um pesado fardo mitológico a um fenômeno que na verdade ocorre no dia a dia das famílias. A *métis* das crianças pode ser mais simples, não precisando ter respaldo mítico-cultural e tampouco a pretensão exagerada de destronar o pai simbólico para inaugurar novas ordens cósmicas.

Em 2015, assisti a uma montagem da segunda peça do Espanca!, conhecido grupo de teatro de Belo Horizonte. “Amores surdos” fala sobre a família: Mãe, Pai e os filhos Júnior, Joaquim, Samuel, Grazielle e Pequeno. No prefácio ao texto da peça, a autora Grace Passô afirma que “Amores surdos” é uma ode à sua família, família brasileira, “aquela em que a mulher é forte, e é do ventre que sai o grito e resolve a vida” (PASSÔ, 2012, p. 8).

Quando trago essa peça para minhas turmas do oitavo ano, a Mãe é um dos personagens que os alunos mais gostam de ler. Outro que é favorito deles é Pequeno. Realmente, em torno dessa dupla gravitam todos os temas da peça. Busco sensibilizar os estudantes para o fato de que a Mãe é o agente principal do cotidiano, força invisível e inescapável que une a família num todo caótico e nem por isso menos amoroso. Por sua vez, apelando para as memórias de infância desses quase (ou já) adolescentes, digo como Pequeno será o gatilho para que toda aquela estrutura parcamente equilibrada, que é a família, gire em torno de si mesma numa retumbante queda.

Na parte final da peça, os personagens entram em cena cada vez mais sujos de lama. Há algo de podre na família brasileira. Descobrem estarrecidos que Pequeno, há anos, cria um hipopótamo escondido num dos quartos desabitados da casa. (Alunos incrédulos. Eu digo: “Só aceita, fica quieto e segue a leitura”) Chorando, Pequeno confessa que, ao longo dos anos – cujo peso o cotidiano aparentemente engole até que percebemos do nada seu acúmulo nos nossos ombros –, o animal cresceu e chegou a toneladas. A coisa tomou proporções incontrolláveis. O bicho engoliu o Pai, que todo mundo achava que estava bem e fazia

caminhadas. A lama se espalha pela casa. Ninguém percebeu que o gentil Pai, homem honesto, há muito não estava mais lá.

Os amores surdos passam os dias gritando uns com os outros e não se escutam. Vão-se os anos. Pequeno, que sofre de asma, sem dizer nada a ninguém, adota um filhote de hipopótamo que vai ensiná-lo a respirar. Meus alunos ficam confusos com o hipopótamo. Digo em resposta que é para simplesmente aceitarem que ele existe. Como ensina Mãe no final da peça, “tem coisas que foram feitas para se viver com elas” (PASSÔ, 2012, p. 63). Em vez de se preocuparem com o animal, devem pensar no que ele diz sobre a família brasileira. Como os caçulas Crono e Zeus, Pequeno é porta-voz de um problema, de um milagre, de uma nova ordem, tudo ao mesmo tempo. Há algo de errado nos olímpos familiares e a criança é quem sinaliza de maneira inusitada (e extremamente simples) que o hipopótamo está ali, que o pai não existe (ou nem sequer existiu) e que as coisas podem subitamente mudar de rumo.

Elevar Pequeno às alturas de Zeus e Crono pode parecer forçado. Mas essa filiação mítica vale menos por si mesma do que como indicativo de que o mito e a infância talvez partilhem de raízes comuns. O hipopótamo é uma metáfora que fica na cabeça dos leitores e espectadores de “Amores surdos” por sua comunicabilidade ao mesmo tempo imediata e poética. Imagem simples, não menos ambígua, que intriga meus alunos de 13 anos da mesma maneira que mitos nos rondam até os dias de hoje. Os mitos são verdadeiros sorvedouros antropológicos, mas se apresentam em superfícies simples e brilhantes, como o hipopótamo de Pequeno.

Espécie de herói decaído, sufocado pela asma e pelos gritos da família barulhenta, Pequeno recorre à *métis* para superar seu desafio pessoal e adotar um bicho só seu, cumprindo uma jornada que se torna um tanto mítica porque ele toma para si sua história e se torna protagonista dela. Eis os caminhos da infância – simples e translúcidos, mas sempre profundos – a encontrar a sua ancestralidade perdida. Mas nem por isso Pequeno deixará, como ocorre a muitas crianças, de levar uns tapas da Mãe, e tampouco de fazer parte daquela família subitamente dilacerada pelo tempo e pela perda.

“Amores surdos” é um exemplo ficcional de como as crianças pensam por si próprias, praticam raciocínios e, quando menos se espera, iluminam as contradições dos adultos, tão donos da razão. Mas a peça traz à tona um dado ainda mais fundamental da inteligência infantil: sua capacidade de produzir imagens profundamente simples – mitos, por que não? – que se dirigem a nós como metáforas primordiais e ao mesmo tempo cotidianas.

Crianças não deveriam ser postas de lado, a fabular sozinhas sobre suas dúvidas e angústias, fazendo desenhos coloridos e máscaras que ninguém leva a sério. Devemos reconhecer seus hipopótamos (ou outros animais que porventura surjam), lembrando que dizem mais da vida do que imaginamos. Proporcionando a elas a informação e o devido respeito à sua inteligência, suas máscaras de vaquinha ou de robô podem ter utilidade social e proteger vidas. Durante a pandemia de proporções e consequências inimagináveis que vivenciamos nos últimos anos, nós as mantivemos protegidas em casa. Contudo, isso não deve ser desculpa para abandonarmos a honestidade intelectual – e isso vale para tempos pandêmicos ou não. Como fazê-lo? Parece algo difícil, mas penso que ser honesto intelectualmente é, no fim das contas, estar aberto para conversar sobre os desafios que estão lá fora. É saber que, com um pouco da nossa ajuda ou não, as crianças observam, pensam e podem realizar coisas no mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Pequenos heróis contra o vilão coronavírus**. Edital lançado em 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/05/edital-concurso.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2022.

BRASIL. **Ministério faz concurso de máscaras e prêmio é tarde com Damares e Michelle**. Youtube, 20 de maio de 2020a. Disponível em: https://youtu.be/JeLZgdu-N_g. Acesso em: 28 set. 2022.

DÉTIENNE, Marcel; VERNANT, Jean-Pierre. **Métis**. As astúcias da inteligência. Trad. Filomena Hirata. São Paulo: Odyseus, 2008.

GOLDEN, Mark. **Children and Childhood in Classical Athens**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.

PASSÔ, Grace. **Amores surdos**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2012.

PLATÃO. **A república** [ou sobre a justiça, diálogo político]. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PLATÃO. **As leis, ou da legislação e epinomis**. Trad. Edson Bini. Bauru, São Paulo: Edipro, 1999.

THE ECONOMIST. **How Modern Families Increase Social Inequality**. Youtube, 18 de novembro de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/hSmAYUnZyxE>. Acesso em: 9 ago. 2020.

Submetido: 02/05/2022

Aprovado: 09/11/2022